



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do IFRS - Campus Rolante

e Demonstrações Contábeis Consolidadas

2º trimestre/2021

Rolante, 2021

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETORA GERAL

Cláudia Dias Zettermann

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Lauer Mota

EQUIPE TÉCNICA – CONTADORES

Luciana Lopes de Freitas

Luiz Antônio Hining

Maicon Goulart Morales

Este documento é constituído por:

I – Demonstrações Contábeis;

II – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

2º Trimestre

ATIVO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	263.489,35	236.306,25
Estoque	263.489,35	236.306,25
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.927.570,91	10.825.323,36
Imobilizado	10.924.806,91	10.822.559,36
Bens Móveis	1.064.405,28	1.125.955,49
Bens Móveis	1.920.079,00	1.885.492,33
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-855.673,72	-759.536,84
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	9.860.401,63	9.696.603,87
Bens Imóveis	9.993.050,22	9.823.741,45
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-132.648,59	-127.137,58
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	2.764,00	2.764,00
Softwares	2.764,00	2.764,00
Softwares	-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
TOTAL DO ATIVO	11.191.060,26	11.061.629,61
PASSIVO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	146.180,15	6.100,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	91.435,15	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	54.745,00	6.100,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
TOTAL DO PASSIVO	146.180,15	6.100,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.044.880,11	11.055.529,61
Resultados Acumulados	11.044.880,11	11.055.529,61
Resultado do Exercício	(10.649,50)	98.796,69
Resultados de Exercícios Anteriores	11.055.529,61	10.956.732,92
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.191.060,26	11.061.629,61

Fonte: SIAFI

Demonstração das Variações Patrimoniais

2º Trimestre

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2021	2020
Transferências e Delegações Recebidas	700.690,66	690.944,71
Transferências Intragovernamentais	700.690,66	690.944,71
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	179.940,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	700.690,66	870.884,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2021	2020
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	420.380,86	480.161,91
Uso de Material de Consumo	65.574,36	56.832,03
Serviços	253.158,61	338.271,72
Depreciação, Amortização e Exaustão	101.647,89	85.058,16
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	49,70
Juros e Encargos de Mora	-	49,70
Tributárias	474,13	616,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	474,13	616,75
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	290.485,17	328.734,00
Incentivos	290.485,17	328.734,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	711.340,16	809.562,36
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	(10.649,50)	61.322,35

Fonte: SIAFI

Balanco Orçamentário

2º Trimestre

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	799.294,73	488.801,56	422.402,34	-799.294,73
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	799.294,73	488.801,56	422.402,34	-799.294,73
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	799.294,73	488.801,56	422.402,34	-799.294,73

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	250.477,29	184.470,25	148.073,81	133.656,97	239.793,04	61.497,53
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	250.477,29	184.470,25	148.073,81	133.656,97	239.793,04	61.497,53
DESPESAS DE CAPITAL	-	590.566,34	203.895,44	138.531,35	-	452.034,99
Investimentos	-	590.566,34	203.895,44	138.531,35	-	452.034,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	250.477,29	775.036,59	351.969,25	272.188,32	239.793,04	513.532,52

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	6.100,00	6.100,00	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	6.100,00	6.100,00	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	6.100,00	6.100,00	-	-

Fonte: SIAFI

Balanço Financeiro

2º Trimestre

INGRESSOS	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	700.690,66	690.944,71
Resultantes da Execução Orçamentária	412.874,55	428.147,31
Sub-repasse Recebido	412.874,55	428.147,31
Independentes da Execução Orçamentária	287.816,11	262.797,40
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	271.645,64	249.268,67
Movimentação de Saldos Patrimoniais	16.170,47	13.528,73
Recebimentos Extraorçamentários	377.086,43	168.506,32
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	66.399,22	97.826,19
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	310.493,17	69.806,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	194,04	874,09
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	575,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	575,53
TOTAL DOS INGRESSOS	1.077.777,09	860.026,56
DISPÊNDIOS	2021	2020
Despesas Orçamentárias	799.294,73	637.200,37
Ordinárias	784.082,85	637.200,37
Vinculadas	15.211,88	-
Educação	15.211,88	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	278.482,36	220.083,26
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.100,00	3.427,95
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	272.188,32	215.781,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	194,04	874,09
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	-	2.742,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	2.742,93
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	1.077.777,09	860.026,56

Fonte: SIAFI

Demonstração dos Fluxos de Caixa

2º Trimestre

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
INGRESSOS	700.884,70	691.818,80
Outros Ingressos Operacionais	700.884,70	691.818,80
Ingressos Extraorçamentários	194,04	874,09
Transferências Financeiras Recebidas	700.690,66	690.944,71
DESEMBOLSOS	-562.353,35	-675.713,79
Pessoal e Demais Despesas	-561.971,15	-674.839,70
Educação	-561.971,15	-674.839,70
Transferências Concedidas	-188,16	-
Intragovernamentais	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-194,04	-874,09
Dispêndios Extraorçamentários	-194,04	-874,09
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-138.531,35	-13.937,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2021	2020
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-138.531,35	-13.937,61
Aquisição de Ativo Não Circulante	-138.531,35	-10.141,61
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-3.796,00
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.367,24	-364.684,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2021	2020
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
	2021	2020
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	2.167,40
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	575,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	2.742,93

Fonte: SIAFI

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Campus Rolante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto no tocante a:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Até a data de encerramento do 2º trimestre, os saldos em caixa e equivalentes de caixa, exceto recursos liberados pelo Tesouro, não foram conciliados com extrato ou documento de controle que viabilizasse a conformidade das contas. Documentos não foram apresentados. O respectivo saldo escriturado em 30/06/2021 é de R\$ 0,0.

(b) Bens móveis

Foram identificadas divergências entre o Relatório Mensal de Bens – RMB do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC e o saldo contábil do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, dos quais até o encerramento do 2º trimestre de 2021 não foram regularizadas. Há evolução incompatível com o cálculo da depreciação do Ativo Imobilizado, devido à divergência entre SIPAC e SIAFI, gerada após a duplicidade da depreciação do mês de fevereiro de 2018. Além disso, o Campus Rolante não realizou a reavaliação de ativos conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção SIAFI 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, pois aguarda a padronização dos procedimentos para reavaliação de ativos através de normativa da Reitoria do IFRS.

(c) Ativo intangível;

Até a data de encerramento de exercício, não foram apresentados documento de controle dos ativos intangíveis, de modo que os registros desse título não refletem com fidedignidade o ativo escriturado. Em 30/06/2021, o saldo em ativos intangíveis é de R\$ 2.764,00.

(d) Atos potenciais.

Até o encerramento do 2º trimestre de 2021, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução. Em 30/06/2021, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam mais de R\$ 516 mil.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do Campus Rolante, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);**
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);**
- IV. Balanço Financeiro (BF);**
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;**
- VI. Notas Explicativas.**

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional do IFRS é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para a mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e funcional para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será admitida com base no laudo de avaliação específica ou, na ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segunda a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do funamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Passivo Circulante

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) fornecedores e contas a pagar; e (ii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

Patrimonial;

Orçamentário e;

Financeiro.

(k.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(k.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(k.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não houve até o 2º trimestre de 2021, mudanças nos critérios e políticas contábeis adotados pelo Campus Rolante.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Verifica-se que não ficou saldo em 30 de junho de 2021, sendo todos os recursos recebidos utilizados ou devolvidos para a Reitoria.

Nota 2 – Estoques

O IFRS – Campus Rolante armazena diversos materiais de consumo em almoxarifado destinados a atividades meio (administrativo) e atividade fim (ensino) na instituição.

Até o 2º trimestre de 2021 não houve procedimento de ajustes para perdas ou redução ao valor de mercado, e não foi disponibilizado o Inventário Anual de Estoques, sendo assim não é possível atestar a confiabilidade dos saldos da conta estoque.

Tabela 2 – Estoque – Composição R\$

	30/06/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Estoque	263.489,35	236.306,25	11,50%	100%
Total	263.489,35	236.306,25	11,50%	100%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 3 – Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e bens imóveis, e suas respectivas depreciações. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos à depreciação. Em 30/06/2021, o IFRS – Campus Rolante apresentou um saldo de R\$ 10.924.806,91 de Imobilizado, que representa 97,62% do total do Ativo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado para os exercícios de 2021 e 2020.

Tabela 3 – Imobilizado – Composição R\$

	30/06/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Bens Móveis	1.064.405,28	1.125.955,49	-5,47%	9,74%
(+) Valor Bruto Contábil	1.920.079,00	1.885.492,33		
(-) Depreciação Acumulada	-855.673,72	-759.536,84		
Bens Imóveis	9.860.401,63	9.696.603,87	1,69%	90,26%
(+) Valor Bruto Contábil	9.993.050,22	9.823.741,45		
(-) Depreciação Acumulada	-132.648,59	-127.137,58		
Total	10.924.806,91	10.822.559,36	0,94%	100%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS – Campus Rolante, em 30/06/2021, totalizavam R\$ 1.920.079,00 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, sendo a conta contábil de maior representatividade a de Bens de Informática, no valor de R\$ 686.919,49.

Tabela 4 – Bens Móveis – Composição R\$

	30/06/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Máq., Apar., Equip. e Ferramentas	565.606,37	559.881,30	-2,93%	49,72%
Bens de Informática	686.919,49	684.154,49	40,21%	60,76%
Móveis e Utensílios	342.493,71	340.053,71	1,87%	30,20%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	235.903,07	212.246,47	3,79%	18,85%
Veículos	89.156,36	89.156,36	0%	7,92%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-
Total	1.920.079,00	1.885.492,33	1,2%	100%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Até o 2º trimestre de 2021, não foi realizado o procedimento de reavaliação de ativos e não foram adotados métodos para comparar o valor registrado de seus ativos aos valores recuperáveis (valores reais/mercado), bem como não há registro de laudo de inventário que viabilize a conciliação das contas desse título.

Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Em 30/06/2021, a depreciação acumulada dos bens móveis totalizou R\$ 855.673,72, equivalente a 44,56% do custo de aquisição total dos bens móveis

Tabela 5 – Depreciação – Composição R\$

	30/06/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Depreciação/Amortização Acumulada	-855.673,72	-759.536,84	12,61%	100%
Total	-855.673,72	-759.836,84	12,61%	100%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

As depreciações estão sendo lançadas conforme os Relatórios Mensais de Bens – RMB do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC. O Campus Rolante apresenta divergências de saldos de depreciação acumulada de bens móveis entre SIPAC e SIAFI. As divergências decorrem de falhas no sistema de controle patrimonial, devido à duplicação no cálculo de depreciação mensal em fevereiro de 2018, situação que ainda não foi solucionada pela equipe técnica responsável pelas adequações do sistema. Em decorrência, os saldos contábeis das contas de depreciação dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial líquida do Campus. Logo, o total da conta Ativo Imobilizado Bens Móveis (-) Depreciação, Amortização e Exaustão não refletem fielmente a situação patrimonial da unidade.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRS – Campus Rolante, em 30/06/2021, totalizavam R\$ 9.993.050,22, que correspondem a 89,29% do total do Ativo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos Bens Imóveis, para os exercícios de 2021 e 2020.

Tabela 6 – Bens Imóveis – Composição R\$

	30/06/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Imóveis de Uso Educacional	6.639.534,25	6.639.534,25	0%	66,44%
Obras em andamento	3.349.225,97	3.179.917,20	5,32%	33,52%
Estudos e Projetos	4.290,00	4.290,00	0%	0,04%
Total	9.993.050,22	9.823.741,45	1,72%	100%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 4 – Intangível

O Ativo Intangível do IFRS – Campus Rolante, em 30/06/2021, totalizou R\$ 2.764,00, estando distribuído em conta contábil, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7 – Intangíveis – Composição R\$

	30/06/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Software com vida útil indefinida	2.764,00	2.764,00	0%	100%
(-) Amortização Acumulada	-	-	-	-
Total	2.764,00	2.764,00	0%	100%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Não foram apresentados documentos de controle dos ativos intangíveis, de modo que os registros desse título não refletem com fidedignidade o ativo escriturado.

Até o 2º trimestre de 2021, não foi realizado o procedimento de reavaliação de ativos, nem adotou métodos para comparar o valor registrado de seus ativos aos valores recuperáveis (valores reais/mercado). Logo o total da conta Intangível (-) Amortização Acumulada não refletem fielmente a situação patrimonial da unidade.

Nota 5 – Obrigações a Curto Prazo

Em 30/06/2021, o IFRS – Campus Rolante, apresentou um saldo em aberto de R\$ 146.180,15, de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir.

Tabela 8 – Obrigações a Curto Prazo – Composição R\$

	30/06/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Fornecedores e Contas a Pagar	91.435,15	-	100%	62,55%
Demais Obrigações	54.745,00	6.100,00	897,46%	37,45%
Total	146.180,15	7.567,58	80,6%	100%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

As demais obrigações a curto prazo se referem aos compromissos da Assistência Estudantil e retenções de tributos que serão pagos em julho de 2021.

Nota 6 – Obrigações Contratuais

Em 30/06/2021, o IFRS – Campus Rolante possuía um saldo de R\$ 516.049,30 relacionados a obrigações contratuais de parcelas de contratos que serão executados neste e no(s) próximo(s) exercício(s).

Até o encerramento do exercício, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas de controle de obrigações contratuais. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 9 – Obrigações Contratuais – Composição R\$

	30/06/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Contratos de Seguros em Execução	-	1.098,52	0%	0%
Contratos de Serviços em Execução	511.027,44	79.557,61	642,37%	99,03%
Contratos de Fornecimento de Bens em Execução	5.021,86	7.029,62	-28,56%	0,97%
Total	516.049,30	87.685,75	588,52%	100%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 7 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRS – Campus Rolante e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 30/06/2021 foi negativo em R\$ 10.649,50 e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 10 – Variação Patrimonial Aumentativa X Variação Patrimoniais Diminutivas – R\$

	30/06/2021	30/06/2020	AH%	AV%
Variação Patrimonial Aumentativas	700.690,66	870.884,71	-19,54%	-6.579%
Variação Patrimonial Diminutivas	711.340,16	809.562,36	-12,13%	-6.679%
Total	-10.649,50	61.322,35	-117,37%	-

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve um decréscimo de 117,37% do resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Nota 8 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Dentro do Orçamento do IFRS consta identificado o orçamento do Campus Rolante referente às despesas correntes classificadas no grupo Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital classificadas em Investimentos.

O repasse do crédito orçamentário, necessário para a execução das ações do IFRS – Campus Rolante é realizado através da descentralização da programação orçamentária.

No 2º trimestre de 2021 foram descentralizados para o IFRS – Campus Rolante a quantia de R\$ 799.294,73.

Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente, identificados.

Como explanado anteriormente, o empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ 799.294,73, enquanto que no mesmo período de 2020, tal fase da execução da despesa pública montou a quantia de R\$ 637.200,37, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 11 – Despesas Empenhadas - Composição – R\$

	30/06/2021	30/06/2020	AH%	AV%
Despesa Corrente	799.294,73	632.910,37	26,29%	100%
Despesa de Capital	-	4.290,00	0%	0%
Total	799.294,73	637.200,37	25,44%	100%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Despesa Corrente

As despesas correntes empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”.

Observa-se um aumento dos empenhos de despesa corrente na ordem de 25,44% em comparação com o mesmo período de 2019.

Despesa de Capital

No 2º trimestre de 2021 não houve despesas de capital empenhadas, em virtude do IFRS – Campus Rolante não ter dotação de investimento.

Nota 9 – Restos a Pagar

Foram para restos a pagar todas as despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2020 ou em exercício anterior, porém não liquidadas ou liquidadas e não pagas até 31/12/2020.

Restos a Pagar Não Processados

O IFRS – Campus Rolante inscreveu em Restos a Pagar não Processados as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do exercício de 2020, perfazendo um total de R\$ 1.025.513,88. Observa-se que 34,32% dos empenhos inscritos foram liquidados. Dos valores liquidados 77,33% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 12 – Execução Restos a Pagar não Processados - Composição – R\$

Grupo da Despesa	Inscritos em Exerc. anteriores	Inscritos em 31/12/2020	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Outras Desp. Correntes	250.477,29	184.470,25	148.073,81	133.656,97	239.793,04	61.497,53
Despesas de Capital	-	590.566,34	203.895,44	138.531,35	-	452.034,99
Total	250.477,29	775.036,59	351.969,25	272.188,32	239.793,04	513.532,52

Fonte: SIAFI, 2021

Houve o cancelamento de empenhos de Restos a Pagar referente ao grupo de Outras Despesas Correntes, no valor de R\$ 239.793,04. Parte destes cancelamentos ocorreu devido à anulação de saldos excedentes referente à estimativa das despesas com contratos para o exercício de 2020.

Restos a Pagar Processados

Houve inscrição de restos a pagar processados referente às despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2020, num montante de R\$ 6.100,00, destes valores 100% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 13 – Execução Restos a Pagar não Processados - Composição – R\$

Grupo da Despesa	Inscritos em Exerc. anteriores	Inscritos em 31/12/2020	Pagos	Cancelados	Saldo
Outras Desp. Correntes	-	6.100,00	6.100,00	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Total	-	6.100,00	6.100,00	-	-

Fonte: SIAFI, 2021

Nota 10 – Despesas com o Enfrentamento da Calamidade Pública – COVID-19

Não houve despesas com ações relacionadas ao enfrentamento da Calamidade Pública da COVID-19 durante o 2º trimestre de 2021.

LUCIANA LOPES DE FREITAS
Contadora
IFRS – Campus Rolante
CRC RS 82.329

LUIZ ANTÔNIO HINING
Contador – IFRS – Campus Rolante
Portaria – Campus Rolante nº 03/2016
CRC RS 43.833

FÁBIO ZSCHORNACK
Ordenador de Despesas Substituto
Portaria – Campus Rolante nº 38/2020
CPF 788.731.690-15